

O papel dos fóruns municipais na consolidação e ampliação da Economia Solidária no Brasil

Katarina Ribeiro da Silva, Mestranda no Programa de Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP), katarinaribeiro@id.uff.br, Universidade Federal Fluminense

Vanuza da Silva Pereira Ney, Doutora em Produção Vegetal, professora do Departamento de Ciências Econômicas e PPGDAP, vvanuzaney@gmail.com, Universidade Federal Fluminense

GT 5- Sociedade civil e políticas públicas

Apresentação Oral

Resumo

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério do Trabalho, traz uma trajetória de conquistas, avanços, lutas e alguns retrocessos no campo das políticas públicas, o que se faz justificável um estudo deste caminho percorrido. Desta forma, o trabalho busca analisar os projetos propostos, aprovados e implementados, na categoria de fomento que a SENAES, tendo como estudo de caso a realidade posta na cidade de Campos dos Goytacazes. A metodologia definida se divide em dois momentos: um esforço comparativo dos projetos disponibilizados pela SENAES, para o território nacional e fluminense; e a presença nas reuniões do Fórum de economia solidária em conjunto com a análise dos dados disponíveis pelo Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária, no recorte delimitado. No que tange ao Fórum, a ferramenta de entrevistas guiadas com os representantes das categorias dos agentes solidários, será utilizada para se compreender a relação estabelecida entre a sociedade civil e a implementação das políticas públicas.

Palavras-chave: Economia Solidária, Fórum Municipal de Economia Solidária, Políticas Públicas.

Introdução

Se dispor a entender e estudar Economia Solidária (Ecosol/ES) não restringe o pesquisador ao universo das práticas solidárias usualmente elencadas, para aproximar os indivíduos do cotidiano econômico. Não se trata de um conceito fixo e muito menos imutável, não se restringe ao corriqueiro: Cooperativismo, solidariedade, autogestão e

atividade economia, tão difundido pela SENAES, em sua busca por promover a ES no território nacional. Ficando claro para aqueles que a estudam, como a sua real abrangência vai muito além do proposto, se confundindo com outras formas como a economia social, a popular e a informal, assim como tantas outras que ainda não foram classificadas e conceituadas, seja por pouca expressividade ou simplesmente pela dificuldade em se encaixar em um único termo. Desta forma, a riqueza que se encontra em uma forma econômica diferente da convencional, se estende a diferentes campos e comporta distintas explicações.

Devido a esta diversidade de estruturas, se julga válido apresentar ao leitor, alguns dos conceitos mais usualmente difundidos acerca da economia solidária e seus limites dentro da estrutura capitalista, o que será feito no decorrer da narrativa. A Economia Solidária (Ecosol) usualmente é vista por três óticas: movimento social, prática de cooperativismo e autogestão ou política pública, estes eixos podem ser encontrados em complexa interlocução na esfera dos Fóruns de Ecosol, seja na estrutura municipal, estadual ou federal. Portanto, e a partir deste diálogo que surge a mobilização de Ecosol na luta para a reivindicação de voz, reconhecimento e participação em diferentes instâncias governamentais. Alguns dos pontos que serão apresentados, debatidos e problematizados aqui são provenientes da mobilização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em sua busca em promover a economia solidária como uma base de desenvolvimento em todo território brasileiro.

Na esfera pública a economia solidária (EcoSol) é definida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como uma forma diferente de produzir, comercializar, comprar, vender e trocar produtos. Esta subsecretaria atua na política brasileira há mais de 10 anos, tendo sido um esforço de criação tanto por parte da sociedade civil quanto das lideranças governamentais. Este avanço só foi possível graças ao FBES, que articula empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos de economia solidária, se organizando em inúmeros fóruns locais (SILVA, 2017). Se tornando, aceitável uma observação conjunta do papel do Fórum Municipal e a atuação das políticas de fomento da SENAES, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Desta forma, o objetivo central desta pesquisa é entender, a partir do caso específico do Fórum Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes, a

interação existente entre os projetos propostos pela SENAES e as políticas públicas desenvolvidas em âmbito local.

Metodologia

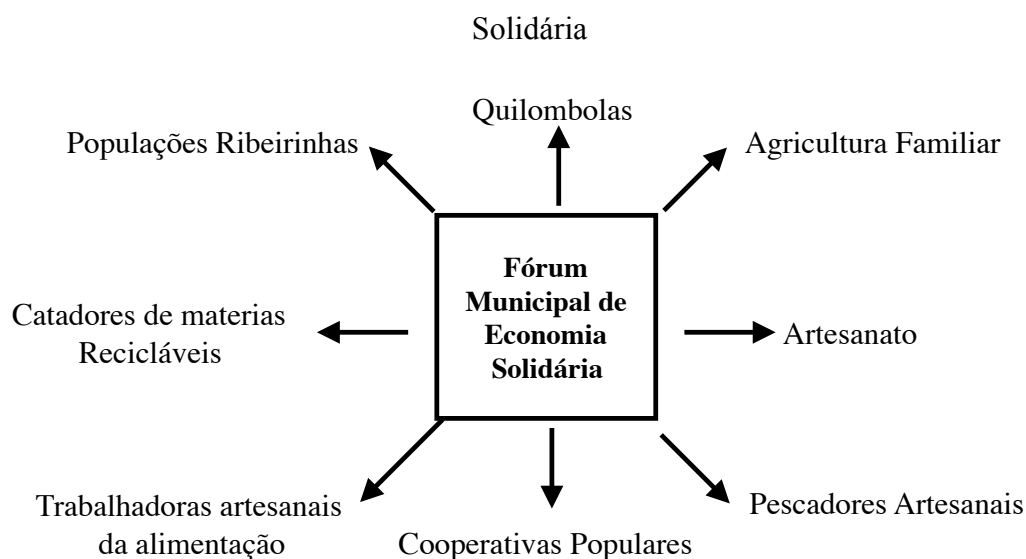
Tencionando cumprir o objetivo traçado, a pesquisa foi dividida em dois momentos de abordagem e interação: uma revisão bibliográfica a cerca da Economia Solidária, Estado, sociedade civil, polícia pública, e movimento de economia solidária; uma análise dos dados locais estabelecidos através do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária (SIES) e a presença nas reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária da cidade de Campos dos Goytacazes.

No primeiro momento destinado a revisão bibliográfica dos temas, apresentou-se a visão de autores latino americanos que tratam da economia solidária: Paul Singer, Euclides Mance, Luiz Gaiger e José Luis Coraggio. Já para discussão de Estado, foi escolhido seguir por uma visão Gramsciana, portanto se guiando por seus conceitos e definições para a abordagem da Sociedade Civil (SC), assim como a concepção da inserção da ES, nesta esfera. Visando realizar a interlocução entre os três eixos centrais de análise : Economia Solidária, Estado Ampliado e políticas públicas, contaremos com os seguintes autores : Evangeline Dagnino e Marcur Olson.

No segundo momento foram utilizados os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), através do Atlas Digital de Economia Solidária, que permitiram uma observação da distribuição brasileira de Empreendimentos Econômicos Solidária (EES). Usando também de dados macroeconômicos disponíveis no Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC) para uma análise da importância da prática solidária dentro da região inserida.

Ainda se mantendo no segundo momento, o Fórum Municipal de Economia Solidária está estruturado em segmentos, os quais estão demarcados de acordo com a Lei nº 8.717, de 10 de agosto de 2016, Campos dos Goytacazes. Esta divisão está detalhada no organograma 1, sendo de suma importância para a interpretação da composição social presente no Fórum, assim como guiar a elaboração da pesquisa.

Organograma 1 - Os grupos de interesses que compõem o Fórum Municipal de Economia



Fonte: Elaboração própria, com base no processo estrutural disposto na Lei nº 8.717/16.

Desta forma, serão frequentadas as reuniões mantendo o recorte de março á dezembro de 2018, assim como a análise de atas e se pretende realizar entrevistas com representantes de cada segmento.

Resultados

Se dispendo a compreender a Economia Solidária em sua interação dentro do sistema capitalista, Singer (s.d), tem a afirmar que “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (*Ibid*, p.2). Desta forma, este é um modelo que se entremeia no capitalismo no momento de necessidade, ou seja, tem seu ponto de cooptação durante as quedas do sistema vigente, portanto tendo a crise como porta de entrada e impulsionadora de novos indivíduos.

Em contraponto a estas ideias Gaiger (2003) afirma que a economia solidária tem uma expressão política mais forte que a prática, estando presente na maquina estatal diretamente (Secretaria Nacional de Economia Solidária), e servindo para muitos políticos como modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, mesmo quando

suas propostas se baseiam em ideais contrárias. Desta forma, ao mesmo tempo que se põe como uma manobra política, na prática solidária o autor defende que a produção social gerida a partir da ES não tem pretensão na sua estrutura de romper com os princípios capitalistas e portanto não pode ser considerado um modo de produção substituto.

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (*Ibid*, p.194).

Em contra partida com esta visão, Coraggio (2016) dissera uma perspectiva diferenciada tanto sobre a economia convencional quanto com a interação existente com a economia solidária. O autor enxerga a economia dominante, como uma desagregadora, tendo a necessidade de fragmentar e dissociar todas as esferas da sociedade buscando manter o seu controle estrito sobre cada uma. Neste sentido, a esfera econômica, representada pelo sistema de mercados, deve ser tratada e vista distantemente da esfera política e sociocultural, de tal forma que cada bloco se organize dentro dos seus limites e sua comunicação aconteça através de um único elo, pois dentro desta lógica "Las formas típicas ideales de organización económica son la empresa autónoma de capital y la unidad de consumo aislada de la influencia de otras" (*Ibid*, p. 18). No caso da esfera econômica, conta-se com o consumo para ser o elo entre o sistema de mercados e a dinâmica sociocultural. Todavia Coraggio (2016) não defende a noção de passagem de etapas, mas sim de combinação delas em todo o processo, incluindo sua preferência pelo termo Economia Popular e Solidária (EPS), do que apenas ES.

Assim sendo, as fases definidas pelo autor são: (i) produção racional, baseado em formas plurais de organização, que contam com a complementariedade e cooperação dos trabalhadores, geridos pela autonomia e autogestão, em que todos tem acesso aos meios de produção e criação uma relação restitutiva entre o trabalho e a natureza; (ii) a distribuição e redistribuição da riqueza produzida em conjunto; (iii) o intercambio justo dos meios de produção, focando mais na reciprocidade do que na concorrência entre dentro do grupo e entre grupos; (iv) consumo responsável, focado numa convivência harmônica com natureza e em sociedade, valorizando a liberdade individual e o acesso a uma vida digna; (v) uma organização consciente e democrática do processo econômico combinando inflexibilidade do mercado com decisões coletivas.

Em sintonia com esta percepção complexa da inserção da ES, no sistema convencional, Mance (2005) também vai partir de uma visão singular, permeando sua análise para além do caráter econômico. Trazendo uma interpretação que engloba não apenas os meios de produção e distribuição, apresentados por Singer (s.d.), e rebatidos por Gaiger (2003) mais indo além, ao trabalhar o consumo solidário, levando em consideração a liberdade do trabalhador e sua realização profissional individual com o meio que está inserido. Metrificando seus estudos através do trabalhador, do indivíduo que gere e produz a economia solidária no cotidiano, e menos nos discursos gerais que envolvem a reprodução do sistema vigente.

O seu *objetivo principal* é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade (MANCE, 2005, p.2).

Se colocando desta forma, similarmente a Coraggio (2016) uma posição de dinamismo para o consumo. Entretanto Mance (2005), defendendo a existência de um consumo solidário, que seria a base para a sustentação de uma independência e autonomia do modo de produção solidário. Enquanto Coraggio (2016), vê o consumo como um elo entre as economias, se valendo da sua capacidade dinâmica para realizar a comunicação entre sistemas.

Ao mesmo tempo, os argumentos de Singer (s.d.), Mance (2005) e Coraggio (2016) partem da ideia de que a economia solidária apresenta-se como um modo de produção e distribuição próprios. Todavia tanto Coraggio (2016), quanto Mance (2002, 2005) apresentam contrapontos com Singer (s.d.) e Gaiger (2003), ao trazerem uma concepção de economia solidária diferente. Enquanto concordam com a noção de “A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, s.d, p.2), eles também rebatem, afirmando que esta associação não é feita de forma natural, trazendo um grau de complexificação a ideia apresentada.

Para Coraggio (2016) a consolidação da EPS se dá através da racionalidade produtiva¹, ou seja, a garantindo a capacidade de reprodução ampliada da vida de todos,

¹ Conceito apresentado e trabalhado por Hinkemert.

através de uma superação das práticas de mercado, ressignificando-as com a construção de uma outra economia baseada em um pensamento crítico, derivado dos instrumentos efetivamente organizados.

Já Mance (2002,2005) defende que o firmamento da ES se dará através das redes de colaboração solidária que traz características únicas para o desenvolvimento de um mundo justo e solidário. Partindo da perspectiva de um desenvolvimento humano realizado de forma democrática com equidade de gênero, responsabilidade social, cooperação, capacidade de gerir os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas de modo justo e ecologicamente sustentável. Desta forma, o autor propõe uma sociedade pós capitalista, baseada no modo de produção, distribuição e consumo solidário, sendo não apenas um modelo econômico, mais também social de sustentabilidade de recursos, na visão das redes de colaboração solidária.

Portanto enquanto Mance (2005), defende que o caráter alternativo deste modo de produção é sustentado por um tripé de responsabilidades que se divide em: (i) ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda; (ii) desenvolvimento sustentável baseado em sistemas de redes socioeconômicas; e (iii) um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social. Coraggio (2016) prega que a EPS deve englobar: práticas econômicas não só comerciais, representação de atores tanto públicos quanto privados e as motivações que orientam os empreendimentos e agentes econômicos.

Em contra partida Coraggio (2016) concorda e discorda de Gaiger (2002), com referente a abordagem da ES na esfera política. Coraggio (2016) afirma que este universo de economias sociais vem adentrando a máquina pública em seu sentido ampliado apresentado por Gramsci. Entretanto a forma que estas políticas e praticas vem se pondo, com caráter imediatista, não centradas em desenvolver mecanismos para superar o sistema vigente, e sim visando reintegrar os “desajustados” ao mercado capitalista seguido as demandas do mercado, e perdendo seus valores, para os disseminados pelo capital, como: concorrência, irresponsabilidade social e consumismo. Portanto, o que deveria ser uma outra economia, na realidade vem se mostrando como um novo aspecto de um capitalismo voltado para a periferia, focado nos mais pobres, mais ainda assim com os seus valores difusos como guias.

Este pensamento se alinha com a de Gaiger (2002), no ponto ele defende “Um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, a que corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos ” (GAIGER, 2003, p.7). Sendo assim, na visão do autor a economia solidária não foi capaz, ainda, de romper com todas as características da vida econômica que definem o capitalismo, ou seja, a produção, distribuição e comercialização feita dentro da economia solidária ainda é gerida pelos princípios do modo de produção capitalista². Entretanto, Coraggio (2016) replica este parecer ao afirmar que,

La transición a un SESS [Sistema de Economía Social y Solidaria] implica un salto en la calidad y escala de la solidaridad. Supone pasar, en primer lugar, de la solidaridad intra UD familiares/comunitarias y emprendimientos económicos (ya sean los *microemprendimientos* familiares o las grandes cooperativas y asociaciones) a la cooperación y complementación orgánica, conscientemente acordada entre diversas organizaciones de un mismo territorio, sector o encadenamiento intersectorial (nivel *meso*) (*Ibid*, p.25).

Desta forma, o autor mostra que mesmo com as falhas presentes na ação da economia popular e solidária, pontuando a forma que ela vem sendo usada como promoção política, e medida paliativa, não deixa de enxergar a capacidade de transformação existente. Reafirmando que a solidariedade, nas relações mais corriqueiras, como a da unidade familiar, e a catalisadora desta mudança, e quando ela ascender a todos as esferas de convivência intra pessoais, a EPS, via atingir o seu potencial.

Tendo as peculiaridades da economia solidária em mente, vele se debruçar sobre as singularidades presentes na concepção do Estado capitalista, e a inserção da Sociedade Civil nesta. Portanto teremos nesta narrativa o principal interlocutor as ideias de Gramsci, para guiar a discussão acerca da construção deste Estado em que as políticas públicas se inserem, sejam elas no âmbito geral ou específicas como na esfera de ES.

Segundo Carnoy (1989), Gramsci afirma que o estado reproduz as relações de produção que perpetuam o estado burguês, pois ele firma a burguesia na superestrutura, ou

² “O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção” (GAIGER, 2003, p.7-8).

seja, consolidando a hegemonia do capital. Entretanto, mesmo neste cenário de ampliação do estado burguês, visando uma articulação entre classes, Gramsci acredita que o próprio proletariado, vai alcançar a consciência de classe sozinho, devido a estar inserido nesta situação. Desta forma o Estado desempenha um papel muito mais importante que a religião, na vida do proletariado, ao mesmo tempo que o conceito de Estado Ampliado surge do processo de entender está posição de difusor do conceito burguês que precisa de uma ampliação dos seus limites, para uma interação entre classes.

Esta disposição da Sociedade Civil (SC) como uma extensão do Estado, se faz clara em uma perspectiva em que ela é vista como uma extensão da unidade doméstica (UD) governada por leis. O que remete ao conceito de UD, trabalhado por Coraggio (2016) como o primeiro contato e manutenção do modo de produção vigente, e portanto o ponto de partida para a promoção da economia solidária e popular. Desta forma, reafirmando a ideia apresentada que a relação econômica trespassa a esfera do Estado e do mercado, sendo uma noção vanguardista a inserção da sociedade civil como uma continuação da máquina estatal, decorrendo assim da construção do Estado Ampliado (CARNOY, 1989).

Carnoy (1989), também destaca que diferentemente de Marx, Gramsci enxerga a Sociedade Civil na superestrutura, ou seja como parte de uma construção ideológica, decorrente de um desenvolvimento histórico econômico ao qual aquela sociedade foi exposta. O que é contrario a visão defendida por Marx, em que o a SC se instaura na estrutura, compondo uma das relações de produção e portanto se associando ao próprio modo de produção.

Seguindo pela interpretação de Coutinho (1992), Gramsci divide o Estado Ampliado em duas esferas: sociedade política, formado pelos mecanismos usados pela classe dominante na sua consolidação de hegemonia; e sociedade civil, composta por um aglomerado de organizações responsáveis pela disseminação de ideologias. O que apenas reafirma a posição de construção do domínio pela hegemonia da classe dominante, burguesa em face ao proletariado. Todavia é na arena da consciência que as posições se colocam em questionamento, levando a crise de hegemonia e guerra de posições, decorrendo aos fatores necessários para a propiciação de um processo de transformação radical.

Em complementariedade Carnoy (1989) reafirma que este processo se dá devido ao papel dos Intelectuais, que não eram vistos por eles como uma categoria social distinta, mas sim como um desenrolar do próprio processo de surgimento do grupo social, sendo moldado organicamente pela trajetória de luta, e que conscientemente acabam se destacando como intelectuais orgânicos. Neste sentido, ele vai contra Lenin e Kautsky, ao afirmar que não existe deslocamento entre a liderança de os trabalhadores, ambos são moldados na mesma forma, tendo apenas um deles se destacado consciente sobre os outros, o colocando em uma posição de intelectual.

Assim sendo, vale salientar que Gramsci dispõe em suas reflexões dos instrumentos necessários para uma interpretação perspicaz da disposição da sociedade civil e membros dentro do estado. Complementarmente as ideias apresentadas Dagnino (2002), acredita que a estrutura estatal se mantém, intocada e resistente aos impulsos participativos que insistem em se integrar na sua organização. Partindo portanto, da participação da sociedade civil o papel de agentes de transformação do Estado e da sociedade, buscando eliminar desigualdades e instaurar a cidadania, assim como romper com a construção estatal posta.

Tendo isso em vista, a autora também se dispõe a deixar claro que os espaços públicos de participação devem ser vistos como as relações complexas de forças heterogêneas, que se organizam através de atores com diferentes interesses que disputam um mesmo projeto político. Fazendo do espaço de formulação de políticas públicas uma arena de interesses, aonde são colocados em embate proposta de cunho imediato, em contra partida com a construção de um projeto de ordem hegemônico, empenhado em minar a ordem social desigual posta na estrutura societária.

Olson (2002), vem em sintonia as ideias de Dagnino (2002) apresentando os indivíduos a partir dos seus sentimentos particulares, que necessitam de uma coerção para se estruturar estes querer em algo compartilhado, moldando assim os grupos de interesses. Partindo desta concepção, faz-se notar que uma ação coletiva, surge da interrelação que passa a existir nestes grupos, ao mesmo tempo que se mantém a liberdade individual de cada integrante. Sendo portanto um pensamento baseado na existência de uma proporção direta, em que um maior contingente de integrantes, e suas variedades se tornam mais fácil de organizar, ao mesmo tempo que quanto mais homogêneo e menor o grupo, mais

dificuldade se enfrenta em dissociar os sentimentos próprios dos interesses coletivos, para a construção de uma ação coletiva unificada.

Ao se voltar para o movimento de economia solidária, através do seu principal representante o FBES, nota-se que sua principal conquista é a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada no âmbito do primeiro governo Lula (2003-2006) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a missão de ser um elo entre a prática solidária e governo brasileiro, com a construção de políticas públicas direcionadas. A SENAES é regulada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) composto tanto por representantes da sociedade civil quanto do governo federal, portanto estando em constante diálogo com as questões apontadas pelo FBES, em nome de todo o movimento social. A secretaria também conta com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), o Observatório de Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), como mecanismos de interação com os agentes solidários e ferramentas de análise da prática dos empreendimentos.

Já no âmbito popular, FBES no seu papel de articular as conquistas, lutas, desafios e limites enfrentados organiza a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) regularmente, que na sua 3ª edição elaborou o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) (2015 - 2019), visando a construção de um ambiente institucional que propicie a consolidação, fomento e expansão da Ecosol no país. Assim o plano ocupa um espaço de destaque nas perspectivas futuras da trajetória da Economia Solidária, sendo uma espécie de mapa das medidas que são esperadas, tornando-o assim um parâmetro interessante do progresso de interação das políticas públicas com os agentes e a prática cotidiana desta outra economia.

Para demarcar a relevância da prática solidária na economia brasileira, e justificar a sua constante presença na esfera pública, é válido observar alguns dados disponíveis no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES) coletados em 2013, como detalhado na tabela 1. As informações disponíveis mostram a presença de 19.708 empreendimentos de economia solidária (EES) no território nacional, sendo que mais de 40% (8.040 EES) deles se encontram na região Nordeste a mesma que consta com a terceira maior parcela do PIB Nacional (13,60%) e possui uma parcela significativa dos

beneficiários do Desemprego Formal (23,27%). Ao mesmo tempo que o Sudeste individualmente é responsável por mais da metade do PIB Nacional (55,27%), concentra a maioria dos beneficiários do Desemprego Formal (45,05%) e apenas 16,37% dos empreendimentos solidários, perdendo neste quesito apenas para o Sul. Fazendo este panorama para todas as macrorregiões, percebe-se uma relação entre a posição da região em número de trabalhadores beneficiários do seguro desemprego formal, composição de empreendimentos e PIB.

Tabela 1 - PIB, Desemprego Formal, N° EES segundo as regiões macroregional - 2013

Local	Produto Interno Bruto (PIB)	Número de Trabalhadores Beneficiários do Seguro-Desemprego Formal	N° EES
Centro-oeste	484.614,62 (9,12%)	696.786 (8,10%)	2.021 (10,25%)
Nordeste	722.809,15 (13,60%)	2.003.400 (23,27%)	8.040 (40,77%)
Norte	292.341,73 (5,50)	753.672 (8,75%)	3.127 (15,91%)
Sudeste	2.938.538,84 (55,27%)	3.878.301 (45,05%)	3.228 (16,37%)
Sul	878.149,62 (16,51%)	1.275.965 (14,83%)	3.292 (16,70%)
Total	5.316.453,95 (100%)	8.608.124 (100%)	19.708 (100%)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ONESC.

A relação existente entre o número de desempregados, EES e PIB se faz explicável através das motivações na criação de um empreendimento solidário, haja visto que a diferença sensível no perfil economia das regiões, como observado na tabela 2. Percebe-se, ao observar os dados, que as quatro principais razões que compõem mais da metade das motivações (53,82%) para a criação dos empreendimentos, estão diretamente associadas a fatores econômicos e de desemprego, como a busca de uma fonte de renda complementar, alternativa de trabalho, busca por maiores rendimentos e liberdade profissional.

Tabela 2 - Motivos que levam a criação do EES (Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento) Brasil - 2009- 2013

Motivações	Total	% acumulado
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	9.624	14,71
Uma alternativa ao desemprego	9.106	28,62
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	8.471	41,56
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	8.024	53,82
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646	62,44
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.130	68,75
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	74,56
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	79,39
Incentivo de política pública (governo)	3.113	84,14
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2.828	88,46
Fortalecimento de grupo étnico	1.912	91,38
Outro	1.890	94,26
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1.607	96,71
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1.510	99,11
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIES/SENAES.

Tendo em vista os dados apresentados, nota-se a importância da Economia Solidária na realidade econômica das macrorregiões, sendo que ainda se apresenta desafios que precisam ser superados, como os apresentados na tabela 3. O que faz da geração de renda adequada aos sociais o principal desafio (73, 59%) seguindo pela viabilização econômica do EES (66,51 %), o que representa a necessidade de amparo que os empreendimentos precisam.

Tabela 3 - Desafios enfrentados pelos EES (Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento) Brasil - 2009- 2013

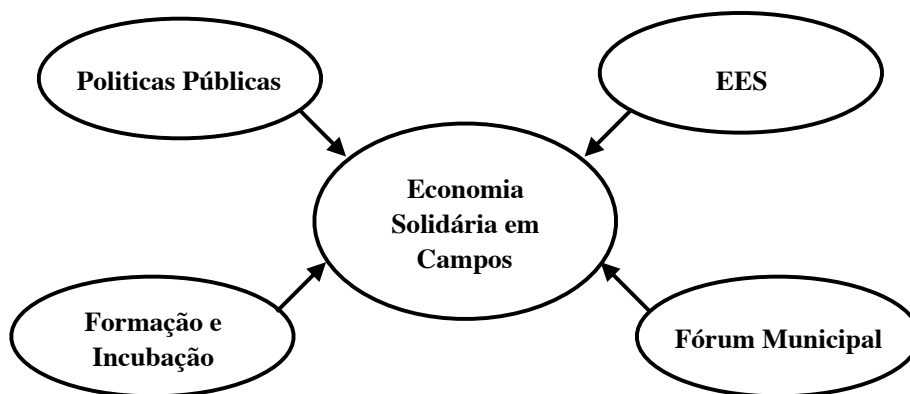
Desafios	Total	% de empreendimentos que enfrentam
Viabilizar economicamente o empreendimento	13.108	66,511
Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)	14.503	73,589
Efetivar a participação e a autogestão	8.611	43,692
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)	6.714	34,067
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)	7.294	37,010
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	8.457	42,860
Manter a união do grupo/coletivo	11.048	56,058
Outros	3.105	15,755

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIES/SENAES.

Portanto, a importância da presença da Economia Solidária na esfera pública se dá devido a fragilidade que alguns empreendimentos tem em se inserirem e se manterem competitivos dentro da economia, considerando que devido os EES não contarem com economias de escopo, vantagens operacionais, sinergias empresarias e inserção de impostos como as empresas convencionais contam, eles passam a ocupar uma posição de maior vulnerabilidade, ao mesmo tempo que devem competir com elas em um mercado de livre concorrência. Sendo portanto decisiva a presença das políticas públicas que visem a permanência dos empreendimentos, ao mesmo tempo que de condição para que ferramentas de suporte a eles sejam instauradas, como incubadoras e bancos de desenvolvimento local, com circulação de moeda social.

No município de Campos dos Goytacazes, a Economia Solidária se mostra bem diversificada estando presente em distintos campos, como representado no organograma 2-Campo da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes.

Organograma 2- Campo da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaboração própria.

Sendo o Fórum Municipal de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes, assessorado pela Incubadora Itep/ UENF proveniente de edital federal, que também cuida da formação e incubação dos EES, que estão organizados a partir de grupos de interesses. Tendo a esfera de políticas pública no âmbito municipal composto pela participação de sete secretarias: Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (Codemca), desenvolvimento econômico, educação, trabalho e renda, desenvolvimento social, Fundo do Desenvolvimento de Campos (Fundecam) e desenvolvimento humano. No qual existe uma linha de crédito exclusiva para uso de EES da Economia Solidária, apoiada no aval solidário que foi construindo com participação do Fórum Municipal, assim como o Codemca com o fomento de feiras, Espaço da Criança e o projeto praça da Lapa, que também é aproveitado pela subsecretaria de trabalho e renda na execução da Feira & ETC- Economia, Trabalho e Cultura. Assim como a criação do conselho pela gestão e a frente parlamentar na câmara de vereadores, ambos fomentado, incentivados e apoiados pela coordenação do Fórum.

Considerações Finais

A economia solidária é atemporal, moderna e convencional, complexa e simples, peculiar e adaptável, e como tal está entremeadada a história do capitalismo de uma forma indissociável. Sua forma simplificada e ao mesmo tempo inovadora de se comportar diante de situações típicas do sistema capitalista divide os autores quanto a natureza e progressão do seu relacionamento com a economia convencional.

O Brasil apresenta uma economia solidária sólida, com uma estrutura complexa e bem vasta, tendo políticas públicas próprias e um banco de dados de empreendimentos com abrangência nacional. A ligação entre a máquina do Estado e a economia solidária, num primeiro momento desperta a curiosidade de uma perda do caráter de independência desta prática econômica. Todavia, a presença das políticas públicas elaboradas, desempenhadas e fiscalizadas por órgãos governamentais especificamente criados baseados na essência da visão solidária, promoveram uma economia solidária brasileira extremamente consolidada. Os movimentos sociais durante este processo tiveram um papel decisivo de mobilização, luta, reivindicação e trabalho conjunto para edificar a economia solidária no Brasil.

A agenda governamental vem se abrindo para a participação da Economia Solidária, desde a criação da SENAES, e nestes mais de 10 anos de secretária muito já foi desenvolvido e ressaltado no território brasileiro. A luta contínua da sociedade civil para a consolidação de uma estrutura de promoção de políticas públicas tem seu reconhecimento através do primeiro plano de economia solidária, deliberado por uma reunião do CNES, e portanto de respaldado pelo movimento social que compõem a ECOSOL. Este plano serve de guia para salientar os rumos que esta outra economia precisa tomar, tendo o papel de direcionar as metas, desafios e objetivos para serem alcançados.

Considerando os desafios vivenciados pelos agentes solidários na sua busca de consolidação de seus empreendimentos como uma fonte de renda sólida, a SENAES foca no fomento e formação de gestores aptos para a consolidação dos EES através das bases da economia solidária. Já o município de Campos dos Goytacazes, apresentar uma rede complexa de arcabouço estrutural, contando com conquistas no âmbito político e civil,

através do processo de participação do Fórum Municipal de Economia Solidária em que os agentes partir de grupos de interesses em prol de uma política pública unificada.

Assim como o processo de construção do Estado, em uma visão do gramsciana de Estado Ampliado, com a presença de um intelectual orgânico, exercendo o papel de liderança, em articular os grupos de interesses diversos na articulação do Fórum, que tem a plenária como sua representante máxima de decisão. Tendo a estrutura organizacional presente no Fórum expressa na realidade vivenciada pelos grupos de interesses, que se organizam através da Lei Orgânica Municipal nº 8.717/16, que oficializa a estrutura de Economia solidária no município.

Referências Bibliográficas

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2a ed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62]

COUTINHO, Nelson. GRAMSCI um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro : Campus, 1992.

CORAGGIO, José Luis. LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA (ESS): NIVELES Y ALCANCES DE ACCIÓN DE SUS ACTORES. EL PAPEL DE LAS UNIVERSIDADES In: PUIG, Carlos (coord). **Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas**. Impresión: Lankopi, S.A, 2016.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Capítulo 8.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003

MANCE, Euclides ANDRÉ. REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA. IFIL, Curitiba, 11/2002 24. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MANCE, Euclides ANDRÉ. A REVOLUÇÃO DAS REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA. In: Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, 2005, Servilha. Disponível em:<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: Conquistas de direitos e desafios institucionais**. ISSN 2527-1105 Rev. Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, v.1 n. 1, 2017 p. 8-34

SINGER, Paul. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM MODO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, s.d. p.1- 15. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidaria-paul-singer.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2016.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do

Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 39, p. 43-48, maio 2009.

SOCIOECONÔMICOS, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE). **Observatório Nacional de Economia Solidária**. 2016. Disponível em: <<http://ecosol.dieese.org.br/index.php>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SOLIDÁRIO, Conselho Nacional de Economia. 1o PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015-2019): PARA PROMOVER O DIREITO DE PRODUZIR E VIVER DE FORMA ASSOCIATIVA E SUSTENTÁVEL. Brasília, 2015. p. 1-44.

TRABALHO, Ministério do; SOLIDÁRIA, Secretária Nacional de Economia. **Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária**.